



A E-JOVEM: UMA NOVA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO

Marcos Ramos Penteado¹

RESUMO: O presente texto tem por objetivo analisar algumas das questões concernentes à educação inclusiva da comunidade GLBT no Brasil através da apresentação e debate a respeito da E-Jovem, uma iniciativa pioneira e integradora no campo educacional das minorias sociais. Far-se-á uma análise das reais políticas de inclusão escolar desse grupo através da análise da evolução no atendimento aos mesmos por parte do sistema educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Inclusão educacional, comunidade GLBT.

ABSTRACT: This paper aims to examine some of the issues concerning the GLBT community of inclusive education in Brazil through the presentation and discussion about the E-Young, a pioneering initiative in the educational field and integrating social minorities. Far will be an analysis of the actual policies of school inclusion of this group by examining the evolution in the same service by the educational system.

KEYWORDS: Education, Educational Inclusion, GLBT community.

Não existe nenhuma menção concreta no que se refere à legislação nacional tutelando os interesses dos homossexuais, até o momento. À exceção da jurisdição militar, não existem leis proibindo a prática da homossexualidade em nosso país. O máximo que se pode encontrar são algumas poucas leis constitucionalizadas – sobretudo na esfera dos municípios – que protegem alguns interesses dessa comunidade (focalizadas quase sempre em grandes centros urbanos, como o Distrito Federal, Bahia, Sergipe, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro). No entanto, a Constituição Federal de 1988 proíbe qualquer forma de discriminação baseada na orientação sexual do indivíduo.

Sendo a escola um local reconhecido de produção da sexualidade e das diferentes identidades sociais², o tema nessa instituição ainda é tabu. No currículo escolar, o tema ainda é abordado superficialmente, sempre atrelado às funções reprodutivas, higiene pessoal, controle de natalidade e prevenção de doenças. Segundo Britzman, as questões da sexualidade continuam relegadas ao espaço das respostas certas ou erradas (1999, p. 86).

¹ Licenciado em Letras e especialista em Psicopedagogia (UNICSUL – SP); pós-graduando (lato sensu) em Educação (PITAGORAS – MG); professor da rede privada de ensino básico em São Paulo e pesquisador na área de educação inclusiva e análise do discurso. A E-Jovem: uma nova perspectiva de inclusão. mrpenteado@gmail.com

² Para aprofundar o assunto, citam-se as obras de Louro (2003, 2000, 1999), Britzman (1999, 1996), Silva (2001, 2000b), Woodward (2000) entre outros.



A LDB orienta que as questões referentes à sexualidade devem ser abordadas pelo currículo escolar em todas as disciplinas, partindo-se do eixo “Orientação Sexual” (Temas Transversais dos PCNs). O documento afirma que o tema foi inserido no currículo devido à necessidade de uma ação pedagógica que combatesse a gravidez precoce e a alta taxa de disseminação de doenças sexualmente transmissíveis na faixa etária da adolescência. No entanto, tal visão apenas se mostra como um discurso normativo e prescritivo do que seria a uma boa conduta sexual.

Pensando-se nessa parcela da população, é preciso ter em mente uma proposta inclusiva, não apenas abordando o alvo mais imediato e direto, mas também considerar as estratégias, os procedimentos e as atitudes nela implicados. Pensar a ambigüidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação.

Tomaz Tadeu da Silva argumenta que

tal como o feminismo, a teoria queer efetua uma verdadeira reviravolta epistemológica. A teoria queer quer nos fazer pensar queer (homossexual, mas também "diferente") e não straight (heterossexual, mas também "quadrado"): ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. (...) O queer se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar queer significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia queer é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa. (SILVA, 2000, p. 107.)

Pensado-se no termo utilizado pelo autor, a pedagogia e o currículo *queer* seriam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, as diferenças entre todas as identidades. Discutir sobre o 'outro' é levar a questionar as estreitas relações do eu com esse outro, assim as diferenças deixariam de estar do lado de fora, do outro lado, alheias ao sujeito, e passariam a ser compreendidas como indispensáveis para a existência do próprio sujeito, integrando e constituindo o eu.



A ignorância do tema por parte dos profissionais da educação pode ser lida como constitutiva de um modo particular de conhecer a sexualidade. Segundo Britzman

O velho dualismo binário da ignorância e do conhecimento não pode lidar com o fato de que qualquer conhecimento já contém suas próprias ignorâncias. Se, por exemplo, os/as jovens e os/as educadores/as são ignorantes sobre a homossexualidade, é quase certo que eles/elas também sabem pouco sobre a heterossexualidade. O que, pois, é exigido do conhecedor para que compreenda a ignorância não como um acidente do destino, mas como um resíduo do conhecimento? Em outras palavras, que ocorrerá se lermos a ignorância sobre a homossexualidade não apenas como efeito de não se conhecer os homossexuais ou como um outro caso de homofobia, mas como ignorância sobre a forma como a sexualidade é moldada? (1996, p. 91.)

Sob o ponto de vista da autora, a construção de uma pedagogia tida como *queer* não seria isolante, mas sim integradora. Seria dirigida a todos, não somente àqueles(as) que se reconhecem nessa posição. Nela, as dúvidas seriam estimulantes e produtivas, gerando novas discussões e a busca de outras perspectivas educacionais.

Nessa esteira, em 16 de dezembro de 2009, o governo do estado de São Paulo assinou diversos convênios com entidades culturais com o objetivo de destinar R\$ 54 milhões do Fundo Nacional de Cultura (Lei Rouanet) para os Pontos de Cultura. Esses Pontos de Cultura visam a levar a sociedade a reconhecer e reverenciar a cultura viva do nosso povo. Dentre os projetos beneficiados pelo incentivo estadual, havia um em especial, destinado ao fazer e saber de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. A partir da ideia de Lohren Beauty, uma *dragqueen* de Campinas, surge um espaço de aprendizagem, valorização e reprodução da cultura dessa comunidade: a Escola Jovem LGBT (ou E-Jovem).

Segundo os idealizadores, o objetivo da escola é *valorizar e difundir a Cultura LGBT, em cursos que serão abertos a jovens hetero, homo e bissexuais já a partir de 2010* (palavras do jornalista, educador e conselheiro nacional de juventude junto à presidência da República, Deco Ribeiro, designado como diretor da escola por ocasião de sua instituição).

Com o foco voltado para cursos-livres pós ensino médio (alguns com perspectiva profissionalizante), a integração da comunidade LGBT na sociedade é a tônica da E-Jovem. Vale



a pena lembrar que, segundo a LDB, o ensino médio tem em uma de suas finalidades também a preparação para o mundo do trabalho conforme citado no seu artigo 36º (parágrafo 4º):

A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (LDB 9394/96)

Os cursos da E-Jovem são abertos a todos os jovens (não somente à comunidade LGBT) e adotados como valorização da cultura dessa comunidade como forma de se combater o preconceito.

Com sede na cidade de Campinas (SP), a escola oferece a princípio cursos de criação de zines, revistas, criação literária, dança, música, TV, cinema, teatro e pré-vestibular. Seu foco é o jeito de ser e agir de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Oferece bolsas de estudo e todo o material produzido por seus alunos ao longo dos cursos (CDs, DVDs, livros, revistas, peças de teatro e espetáculos performáticos) circulam pelo estado como representantes em eventos culturais com gratuidade em sua distribuição e assistência.

O presidente do grupo E-Jovem, Chesler Moreira, afirma que a escola é um exemplo de referências positivas para muitos dos jovens que a buscam. Os alunos que tem buscado os cursos na escola são oriundos da região de Campinas, grande São Paulo, Sorocaba e Baixada Santista, mostrando que a diversidade e a universalidade são pontos centrais na pedagogia adotada. A não-exclusão – um dos pontos pacíficos vistos em todos os documentos, acordos e políticas educacionais nos últimos anos – é claramente pregado e praticado pela escola. Vale citar ainda que todo o projeto é financiado por um convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Cultura, por isso o tom universalista e inclusivo.

No que toca às repercussões do projeto da escola LGBT, graças à divulgação pela mídia, centenas de e-mails de jovens interessados na escola e de professores das mais diversas áreas se oferecendo para dar aulas foram recebidos nos meses seguintes. A princípio, muitos se levaram pelo estereótipo de uma “Escola Gay” ou “Escola para gays”, sem buscar maiores informações. Com o passar do tempo, ficou provado que a escola nunca se propôs a ser um ambiente fechado,



mas sim um lugar de expressão de uma cultura pouco conhecida ou, muitas vezes, questionada, mas aberta a todos.

A proposta da E-Jovem levanta outros questionamentos: existe mesmo uma cultura LGBT? Por que a necessidade de estimular essa cultura? O que seria ensinado nessa escola? Ainda segundo os idealizadores da escola esses questionamentos ilustram que o projeto está cumprindo seu objetivo central precocemente, que seria estimular o debate na sociedade e vencer o preconceito. Afinal, pré-conceito é um conceito formado quando há falta de conhecimento sobre determinado assunto, portanto para se combater a homofobia é preciso debater, divulgar e dar visibilidade ao universo LGBT para toda a sociedade.

São duas as estratégias centrais da E-Jovem: ser uma escola gay, aberta a todos que se mostram dispostos a conhecer e respeitar o universo gay e oferecer as ferramentas necessárias para que a própria população LGBT possa expressar-se.

Analisando a noção de cultura LGBT, afirma-se que ela enfrenta a cultura heteronormativa, que esmaga toda manifestação de diversidade sexual na sociedade. Essa cultura – considerada padrão na sociedade atual em todo o mundo – é a mesma que censura personagens gays não-estereotipados na mídia, barra a abordagem de temas referentes à homossexualidade de maneira positiva no ambiente escolar, que força os comportamentos de meninos e meninas segundo esse padrão e nega mais de 70 direitos (como constituir família e patrimônio conjunto) à comunidade LGBT. Por esse motivo, expor, valorizar e apoiar a cultura LGBT é dar ferramentas para que o jovem pertencente a essa comunidade expresse e construa a cultura na qual prefere viver, ainda que esteja integrado de maneira plena à macrosociedade em que exerce seus papéis na esfera familiar, escolar e no mundo do trabalho.

Finalizando, existem diversos grupos sobre os quais devem recair as atenções das autoridades em relação à inclusão educacional. Trata-se de grupos que ainda são mal vistos e mal vistos pela sociedade contemporânea.

Nesse contexto, as propostas afirmativas da E-Jovem podem ser consideradas como processos de inclusão educacional, uma vez que fomentam a integração de um grupo específico na sociedade através da cultura e da preparação para o mundo do trabalho. Levar a todos sem restrição de raça, sexo, idade, necessidade especial ou não oportunidades de ser um cidadão no sentido pleno da palavra é proporcionar a verdadeira inclusão que tanto se almeja.



Como se pode concluir, ainda há um longo caminho a se percorrer para a inclusão de todos no sistema educacional brasileiro. Muitas conquistas já são uma realidade, mas alguns pontos ainda merecem atenção específica. O objetivo deste trabalho é levantar a discussão sobre esses pontos ainda falhos e fomentar a exploração dos mesmos, tendo como única medida a ser considerada a do ser humano.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estudos Feministas, ano 9, 2001, p. 575-585. Disponível em: [≤ http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf >](http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf). Acesso em: 15 jun 2010.

ARANHA, Maria Salete Fábio. A inclusão social da criança com deficiência. Criança Especial. Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, nº. 21, março, 2001, pp. 160-173.

_____. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia, nº 2, 1995, pp. 63-70.

ARNS, F. Integração é a consequência da realização dos direitos. Revista Integração, 4(9), 1992, pp. 2-3.

AUSUBEL, D. P., HANESIAN, H. e NOVACK, J. D. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Interamerican, 1978.

BATISTA, C. G. Elaboração de um catálogo de comportamentos motores observados na interação entre pais e filhos. Psicologia, 6(3), 1988, pp. 47-81. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jul 2010.

BEYER, Hugo Otto. Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. Ensaios Pedagógicos, Revista Brasileira de Educação Especial, 2007.

BRAGA, Andréa Vieira. Temas transversais, identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. Cadernos de Educação. Pelotas, ano 15, nº. 27, jul./dez. 2006, p. 179-192.

BONOW, I. W. Psicologia educacional e desenvolvimento humano: fundamentos psicossociais da educação. Manual de trabalhos práticos. São Paulo: Nacional, 1972.



BRASIL, Congresso Nacional. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei 7.853/89. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1989.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Roteiro e Metas para Orientar o Debate sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997.

_____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1994.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Educação Inclusiva: Um meio de Construir Escolas para Todos no Século XXI. Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Brasília, ano 1, nº.1, out. 2005, pp.12-19.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares - estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. Procedimentos de Elaboração do Plano Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997.

_____. Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial. Brasília: SEESP, 1995.

BRITZMAN, Deborah P. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 21, jan./jun 1996, pp. 71-96.

_____. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



CARDOSO, M. C. de F. Integração educacional e comunitária. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 1(1), 1992, pp. 89-99.

CARVALHO, Rosita Edler. *A Nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CORAZZA, Sandra. *O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

DELDIME, R. e VERMEULEM, S. *O desenvolvimento psicológico da criança*. São Paulo: EDUSC, 1999.

FÁVERO, E.A.G. e RAMOS, A. C. *Considerações sobre os direitos das pessoas com deficiência*. (apostila) Escola Superior do Ministério Público da União: São Paulo, 2002.

FIGUEIREDO, M. Integração social dos portadores de deficiências. *Revista Integração*, 3(5), 1990, pp. 17-18.

FONSECA, Vitor da. *Educação Especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Ditos e Escritos V. Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GLAT, R. A integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial. In *Sociedade de Psicologia (Org.), XXIV Reunião anual da Sociedade de Psicologia Ribeirão Preto. Resumos*. Ribeirão Preto: 1994.

_____. Por que formar profissionais em educação especial? *Revista Integração*, 2(4), 1989, pp. 11-12.

IANNI, O. *A sociedade global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



_____. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. IN: LOURO, Guacira et al (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 20 jul 2010.

MANTOAN, M.T.E. Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memnon, edições científicas, 2001.

_____. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

_____ et alii. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, Editora SENAC, 1997.

_____. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In ROSA, D.E.G. e SOUZA, V.D. de (orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. (pp.79-93).Rio de Janeiro: DP&A, 2002. pp. 79-93.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil – História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Fundamentos de Educação Especial. São Paulo: Pioneira, 1982.

MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento; trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. O enigma do homem - para uma nova antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PEREIRA, O.S. Educação integrada: somos todos responsáveis. Revista Integração, 3(6), 1990, pp. 16-17.

POKER, R.B. et alii. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: algumas considerações. Marília: UNESP, 2001.

REVISTA NOVA ESCOLA. Edição Especial: Inclusão. São Paulo: Abril, n. 24, jul. 2009, pp. 10-14.

SANFELICE, J. L. Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os deficientes mentais. In: Cadernos CEDES, n. 23. São Paulo: Cortez, 1989



SASSAKI, R. K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Aline Ferreira da e VIEIRA, Jarbas Santos. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2, jul/dez 2009, pp.185-200. Disponível em:<http://www.ufpel.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=629>. Acesso em: 22 jul 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Teoria cultural e educação – um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKLIAR, Carlos. Introdução: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. In SKLIAR, C. (org.) Educação e Exclusão. Porto Alegre: Mediação, 1999. pp. 8-20

_____. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores; trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994. Unesco,1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2010.

VIEIRA, Carmelino S. Apreciação das Diretrizes para a Educação Especial. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2001.

VIEIRA, Jarbas Santos. Identidades e educação: fragmentos das pedagogias de nosso tempo. Pelotas: FAE/UFPEL, 2002.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.